

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45

ATA DA 244ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(19 de Fevereiro de 2014)

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às treze horas, na Câmara Municipal de Londrina (CML), após a constatação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para a 244ª reunião ordinária do CMS, tendo como pauta: 1-13h00-Análise e Aprovação da Pauta da 244ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária do dia 05/12/2013 e da 242ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de outubro de 2013 – Diretoria Financeira - Sandra Regina dos S. Silva; 3-14h30- Apreciação e Avaliação do Relatório Quadrimestral - Rosilene Machado; 4-15h30- Apresentação da Atenção Psicossocial à Saúde Mental (CAPS III e UPA) - Comissão de Avaliação da Saúde Mental; 5-16h00- Esclarecimento da SMS à Respeito do atendimento Saúde Mental; 6-16h30- Apresentação do Plano Operativo Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes; 7-17h00- Informes; 8-17h30- Teto máximo para encerramento. Dando início aos trabalhos, **Suzana Verlingue** se apresenta como a nova diretora geral da SMS e justifica a ausência do secretário de Saúde, Drº Mohamad El Kadri, que se encontra em Brasília em uma reunião com o ministro da Saúde. Verlingue coloca em apreciação o 1º ponto da pauta do dia: Análise e Aprovação da Pauta da 244ª Reunião Ordinária do CMS. O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** faz uso da palavra e coloca que ocorreu no último dia 13, em Curitiba, no Conselho Estadual de Saúde (CES), uma discussão sobre a criação da Fundação Estatal, que é um projeto do governo do Estado, que inclusive quer passar isso a “toque de caixa” e todos sabem muito bem o porquê. Eliei relata que estará voltando a Curitiba no próximo dia 28, pois houve um pedido de vista, e está colocando isso porque está um caos a situação do HZS e HZN, assunto que também já foi discutido no CMS, inclusive é obrigação do conselho debater a questão. Eliei propõe que o assunto seja pautado na reunião vigente ou na próxima. O conselheiro **Ildo Ioris** coloca que o conselho precisa ter subsídios para discutir o assunto. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** coloca que haverá uma reunião da Comissão Executiva, e cabe a ela avaliar de que forma o tema será abordado pelo CMS. Eliei coloca que quis apenas fazer um esclarecimento a respeito do assunto. Após discussão, o CMS aprova a pauta do dia. Seguindo os trabalhos é colocado em discussão a Ata da Reunião Extraordinária do dia 05/12/2013. O conselheiro **Ildo Ioris** questiona que na página 13, ficou definido que nesta reunião, seria apresentada uma lista dos médicos estrangeiros que atendem nas UBS's. Suzana afirma que a lista será encaminhada por e-mail. O CMS aprova ata. O conselheiro **Cícero Cipriano** se absteve do voto, pois não participou da reunião. Suzana coloca em discussão a ata da 242ª reunião ordinária do CMS. O conselheiro **Ildo Ioris** questiona a respeito da moção de apoio a Clínica Odontológica, aprovada na linha 131. A secretaria executiva **Sandra Bavia** responde que a moção já foi encaminhada. O conselheiro **Ildo Ioris** questiona que muitos pontos têm ficado pendentes na ata. **Suzana** responde que o secretário de Saúde está em Brasília justamente tratando do assunto citado na ata. Ildo questiona que na linha 593 há uma fala da conselheira Nadya sobre não ter recebido uma convocação

46 para reunião do segmento dos usuários, no entanto, ela representa o segmento dos  
47 trabalhadores. A secretaria executiva **Sandra Bavia** responde que a ata foi transcrita na  
48 integra. **Não havendo mais manifestações a ata é aprovada.** Seguindo os trabalhos é  
49 passado ao ponto de pauta: **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde**  
50 **referente ao mês de outubro de 2013 – Diretoria Financeira - Sandra Regina dos S.**  
51 **Silva. Sandra inicia a seguinte apresentação: Prestação de Contas-Fundo Municipal de**  
52 **Saúde-Outubro 2013- Receitas acumuladas ate o mês + consignação: R\$ 22.143.754,03;**  
53 **Despesas pagas ate o mês: R\$ 18.770.255,92; Saldo R\$ 3.373.498,11; Orçamento**  
54 **previsto R\$ 22.000.000,00; Orçamento executado R\$ 18.770.255,92; Percentagem de**  
55 **execução até o mês 85,32. FLUXO FINANCEIRO: Saldo inicial R\$ 7.307.271,04; Receita**  
56 **acumulada até o mês anterior + consignação R\$ 19.137.039,55; Receita no mês R\$**  
57 **3.006.714,48; Receita extra R\$ 0,00; Total da Receita ano R\$ 29.451.025,07. Despesa**  
58 **paga acumulada até o mês anterior R\$ 16.302.699,12; Despesa paga no mês R\$**  
59 **2.467.556,80; Restos a pagar acumulado até o mês anterior R\$ 2.466.469,02; Restos a**  
60 **pagar no mês R\$ 38.239,77; Total Despesas no ano R\$ 21.274.964,71; Saldo Financeiro**  
61 **R\$ 8.176.060,36.- Atenção Básica - fonte 495 - Equipamentos e Material Permanente R\$**  
62 **9.156,00 Diárias - Pessoal Civil R\$ 200,00; Passagens E Despesas Com Locomoção R\$**  
63 **192,08; Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00; Contratação por**  
64 **tempo determinado R\$ 759.632,49; Contribuições R\$265.493,72; Diárias - Pessoal**  
65 **CivilR\$ 60,00; Material De Consumo R\$ 302.420,62; Material Bem Ou Serviço Para**  
66 **Distribuição Gratuita R\$ 229.868,87; Passagens e Despesas com Locomoção R\$**  
67 **3.543,10; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.783,59; Locação De Mão-**  
68 **De-Obra R\$ 574.182,47; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 314.584,12;**  
69 **Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 4.439,74; Num Total de R\$ 2.467.556,80;**  
70 **Limpeza e Conservação da Saúde Pública R\$ 38.239,77; MÉDIA E ALTA**  
71 **COMPLEXIDADE - Execução Financeira Orçamentária - Fonte 496 - Receitas**  
72 **acumuladas ate o mês R\$ 150.794.025,06; Despesas pagas ate o mês R\$**  
73 **146.084.540,56; Saldo R\$ 4.709.484,50; Orçamento previsto R\$ 168.000.000,00;**  
74 **Orçamento executado R\$ 146.084.540,56; Percentagem de execução até o mês86,96;**  
75 **FLUXO FINANCEIRO - Saldo inicial R\$ 1.118.275,69; Receita acumulada até o mês**  
76 **anterior R\$ 135.413.923,39 Receita no mês R\$ 15.380.101,67; Receita extra R\$ 0,0 0;**  
77 **Total da Receita ano R\$ 151.912.300,75; Despesa paga acumulada até o mês anterior**  
78 **R\$ 130.636.653,85; Despesa paga no mês R\$ 15.447.886,71; Restos a pagar**  
79 **acumulado até o mês anterior R\$ 727.154,05; Restos a pagar no mês R\$0,00; Total**  
80 **Despesas no ano R\$ 146.811.694,61; Saldo Financeiro R\$ 5.100.606,14;**  
81 **DESPESA POR ELEMENTO OUTUBRO/2013 - Contratação por tempo determinado R\$**  
82 **232.301,20; Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 1.758.020,16; Passagens**  
83 **e despesas com Locomoção R\$ 10.972,37; Outros serviços de terceiros - Pessoa**  
84 **Jurídica R\$ 13.442.878,26; Obrigações tributárias e contributivas R\$ 677,97; Outros**  
85 **auxílios financeiros a pessoas físicas R\$ 3.036,75; TOTAL R\$ 15.447.886,71; Restos a**  
86 **pagar R\$ 0,00. VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Execução Financeira Orçamentária - Fonte**  
87 **497. Receitas acumuladas ate o mês R\$ 3.478.403,11; Despesas pagas ate o mês R\$**  
88 **1.405.074,34; Saldo R\$ 2.073.328,77; Orçamento previsto R\$ 4.100.000,00; Orçamento**  
89 **executado R\$ 1.405.074,34; Percentagem de execução até o mês 34,27; FLUXO**  
90 **FINANCEIRO - Saldo inicial R\$ 1.612.817,62; Receita acumulada até o mês anterior R\$**

91 3.170.787,72 Receita no mês R\$ 307.615,39; Receita extra R\$ 0,00; Total da Receita  
92 ano R\$ 5.091.220,73; Despesa paga acumulada até o mês anterior R\$ 1.350.287,87;  
93 Despesa paga no mês R\$ 54.786,47; Restos a pagar acumulado até o mês anterior R\$  
94 886.680,74; Restos a pagar no mês R\$0,00; Total Despesas no ano R\$ 2.291.755,08;  
95 Saldo Financeiro R\$ 2.799.465,65; DESPESA POR ELEMENTO - OUTUBRO/2013.  
96 Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.455,00; Diárias - Pessoal Civil R\$ 2.546,00;  
97 Material De Consumo R\$ 189,80; Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 120,50;  
98 Diárias - Pessoal Civil R\$ 602,00; Material De Consumo R\$ 17.913,28; Material, Bem ou  
99 Serviço para Distribuição Gratuita R\$ 231,79; Passagens e Despesas com Locomoção  
100 R\$ 133,40; Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.500,00; Obrigações  
101 Tributárias e Contributivas R\$ 1.361,50; Num total de R\$ 54.786,47. ASSISTÊNCIA  
102 FARMACÊUTICA - Execução Financeira Orçamentária - Fonte 498 - Receitas  
103 acumuladas ate o mês R\$ 2.861.983,82; Despesas pagas ate o mês R\$ 2.497.901,51;  
104 Saldo R\$ 364.082,31; Orçamento previsto R\$ 610.000,00; Orçamento executado R\$  
105 2.497.901,51; Percentagem de execução até o mês 409,49. FLUXO FINANCEIRO -  
106 Saldo inicial R\$ 4.371.553,01; Receita acumulada até o mês anterior R\$ 2.606.436,17;  
107 Receita no mês R\$ 255.547,65; Receita extra R\$0,00; Total da Receita ano R\$  
108 7.233.536,83; Despesa paga acumulada até o mês anterior R\$ 1.932.569,75; Despesa  
109 paga no mês R\$ 565.331,76; Restos a pagar acumulado até o mês anterior R\$  
110 1.423.406,61; Restos a pagar no mês R\$ 0,00; Total de despesas no ano R\$  
111 3.921.308,12; Saldo Financeiro R\$ 3.312.228,71; DESPESA POR ELEMENTO -  
112 OUTUBRO/2013 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita R\$ 550.850,31;  
113 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.481,45; Total R\$ 565.331,76;  
114 Restos a pagar R\$ 0,00. GESTÃO DO SUS - Execução Financeira Orçamentária - Fonte  
115 499 - Receitas acumuladas ate o mês R\$ 214.094,92; Despesas pagas ate o mês R\$  
116 65.523,10; Saldo R\$ 148.571,82; Orçamento previsto R\$ 200.000,00; Orçamento  
117 executado R\$ 65.523,10; Percentagem de execução até o mês 32,76; FLUXO  
118 FINANCEIRO - Saldo inicial R\$ 529.840,87; Receita acumulada até o mês anterior R\$  
119 158.621,24; Receita no mês R\$ 55.473,68; Receita extra 0,00; Total da Receita ano R\$  
120 743.935,79; Despesa paga acumulada até o mês anterior R\$ 65.760,10; Despesa paga  
121 no mês R\$ 237,00; Restos a pagar acumulado até o mês anterior R\$ 23.578,00; Restos  
122 a pagar no mês 0,00; Total de Despesas no ano R\$ 89.101,10; Saldo Financeiro R\$  
123 654.834,69; Passagens e despesas com locomoção R\$ 237,00; Restos a pagar R\$ 0,00;  
124 OBRAS - Execução Financeira Orçamentária - Fonte. 500 - Receitas acumuladas ate o  
125 mês R\$ 1.106.242,65; Despesas pagas ate o mês R\$ 269.818,00; Saldo R\$ 836.424,65;  
126 Orçamento previsto R\$ 1.206.000,00; Orçamento executado R\$ 269.818,00;  
127 Percentagem de execução até o mês 2,41. FLUXO FINANCEIRO - Saldo inicial R\$  
128 1.209.726,32; Receita acumulada até o mês anterior R\$ 1.092.639,22; Receita no mês R\$  
129 13.603,43; Receita extra R\$ 0,00; Total da Receita ano R\$ 2.315.968,97; Despesa paga  
130 acumulada até o mês anterior R\$ 99.970,48. Despesa paga no mês R\$ 169.847,52;  
131 Restos a pagar acumulado até o mês anterior R\$ 98.669,26; Restos a pagar no mês R\$  
132 0,00; Total Despesas no ano R\$ 368.487,26; Saldo Financeiro R\$ 1.947.481,71.  
133 DESPESA POR ELEMENTO OUTUBRO/2013 - Obras e instalações R\$ 169.847,52;  
134 Restos a pagar R\$ 0,00; SERVIÇOS PRESTADOS - Execução Financeira Orçamentária  
135 - Fonte 369 - Receitas acumuladas até o mês R\$ 11.208.001,42; Despesas pagas até o

136 mês R\$ 6.360.045,58; Saldo R\$ 4.847.955,84; Orçamento previsto R\$ 10.000.000,00;  
137 Orçamento executado R\$6.360.045,58; Percentagem de execução até o mês 63,60.  
138 FLUXO FINANCEIRO - Saldo inicial R\$ 2.232.185,84; Receita acumulada até o mês  
139 anterior R\$ 9.931.090,77; Receita no mês R\$ 1.276.910,65; Receita extra R\$ 0,00;  
140 Total da Receita ano R\$ 13.440.187,26; Despesa paga acumulada até o mês  
141 anterior R\$ 5.626.036,75; Despesa paga no mês R\$ 734.008,83; Restos a pagar  
142 acumulados até o mês anterior R\$ 1.419.292,53; Restos a pagar no mês R\$ 38.239,77;  
143 Total de despesas no ano R\$ 7.817.577,88; Saldo Financeiro R\$ 5.622.609,38; Serviços  
144 Prestados – 369; DESPESA POR ELEMENTO OUTUBRO/2013 - Equipamentos e  
145 material permanente R\$ 5.132,50 Diárias - Pessoal Civil R\$ 60,00; Material de  
146 Consumo R\$ 150.615,44; Material, bem ou serviço para distribuição gratuita R\$  
147 103.213,01; Passagens e despesas com locomoção R\$ 1.071,60; outros serviços de  
148 terceiros - pessoa física R\$ 6.934,97; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$  
149 467.943,10; Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.181,41; num total de R\$  
150 734.008,83; restos a pagar -limpeza e conservação da saúde pública R\$ 38.239,77;  
151 Recursos do tesouro - Execução Financeira Orçamentária - Fonte 001 - Receitas  
152 acumuladas até o mês (orçadas + extra) R\$ 2.382.219,83; Despesas pagas até o mês  
153 R\$ 2.324.854,71; Saldo R\$ 57.365,12; Orçamento previsto R\$ 3.000.000,00; Orçamento  
154 executado R\$ 2.324.854,71; Percentagem de execução até o mês 77,50 - FLUXO  
155 FINANCEIRO - Saldo inicial R\$ 14.350,55; Receita acumulada até o mês anterior  
156 R\$10.929,65; Receita no mês R\$ 1.290,18; Receita extra acumulada até o mês anterior  
157 R\$ 2.120.000,00; Receita extra no mês R\$ 250.000,00; Total da Receita ano R\$  
158 2.396.570,38; Despesa acumulada até o mês anterior R\$ 2.058.231,84; Despesa no  
159 mês R\$ 266.622,87; Restos a pagar acumulados até o mês anterior R\$ 13.401,00; Restos  
160 a pagar no mês R\$ 0,00; Total Despesas no ano R\$ 2.338.255,71; Saldo Financeiro R\$  
161 58.314,67; DESPESA POR ELEMENTO outubro/2013 -vencimentos e vantagens fixas -  
162 pessoal civil R\$ 225.367,31;Outras Despesas Variáveis - Pessoa Civil R\$ 1.893,22;  
163 Auxílio-alimentação R\$ 5.321,37; Obrigações Patronais R\$ 28.607,64; Sentenças  
164 Judiciais R\$ 4.768,85; Material de Consumo R\$ 19,80; Outros Serviços de Terceiros -  
165 Pessoa Jurídica R\$ 644,68; Total R\$ 266.622,87; Restos a pagar outubro/2013 R\$ 0,00;  
166 receitas vinculadas. Execução Financeira Orçamentária - Fonte 303 - Receitas  
167 acumuladas até o mês (extra + orçamentária) R\$ 134.987.469,83; Despesas pagas até o  
168 mês R\$ 131.476.058,85; Saldo R\$ 3.511.410,98; Orçamento previsto R\$  
169 168.880.000,00; Orçamento executado R\$ 131.476.058,85; Percentagem de execução  
170 até o mês 77,85; FLUXO FINANCEIRO - Saldo inicial + realizável R\$ 4.405.398,32;  
171 Receita acumulada até o mês anterior + REALIZÁVEL + CONSIGNAÇÃO R\$  
172 349.274,36; Receita no mês R\$ 41.351,92; Receita extra acumulada até o mês  
173 anterior R\$ 118.167.035,04; Receita extra no mês R\$ 16.431.164,19; Total da Receita  
174 ano R\$ 139.392.909,01; Despesa acumulada até o mês anterior R\$ 115.662.983,47;  
175 Despesa no mês R\$ 15.813.075,38; Restos a pagar acumulados até o mês anterior R\$  
176 713.988,72; Restos a pagar no mês 0,00; Total Despesas no ano R\$ 132.190.047,57;  
177 Saldo Financeiro R\$ 7.202.861,44 - DESPESA POR ELEMENTO OUTUBRO/2013 -  
178 Contratação por Tempo Determinado R\$ 277.214,90; Salário Família R\$ 468,60;  
179 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 11.511.388,00; Obrigações  
180 Patronais R\$ 301.368,51; Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 955.261,72;

181 Auxílio-Alimentação R\$ 556.767,20; Ressarcimento de Despesas de Pessoal  
182 Requisitado R\$ 39.589,63; Obrigações Patronais R\$ 1.783.694,94; Rateio pela  
183 participação em Consórcio Público R\$ 76.691,70; Material de consumo R\$ 207.531,56;  
184 Material, Bem ou Serviço para distribuição gratuita R\$ 10.398,00; Outros Serviços De  
185 Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.132,41; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
186 R\$ 2.170,75, Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 2.161,77, Obras e Instalações  
187 R\$ 69.685,69; Equipamentos E Material Permanente R\$ 14.550,00; Total 15.813;  
188 RECEITAS VINCULADAS - TAXAS EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA: Execução  
189 Financeira Orçamentária - Fonte 510: Receitas acumuladas até o mês R\$ .062.362,81;  
190 Despesas pagas até o mês R\$ 1.089.734,81; Saldo - R\$ 27.372,00; Orçamento  
191 previsto R\$ 1.435.000,00; Orçamento executado R\$ 1.089.734,81; Percentagem de  
192 execução até o mês 75,94; FLUXO FINANCEIRO: Saldo inicial R\$ 1.001.487,79; Receita  
193 acumulada até o mês anterior R\$ 49.609,39; R\$ 12.753,42; Receita no mês R\$  
194 1.000.000,00; Receita extra R\$ 0,00; Total da Receita ano R\$ 2.063.850,60; Despesa  
195 acumulada até o mês anterior R\$ 210.371,91; Despesa no mês R\$ 879.362,90; Restos a  
196 pagar acumulado até o mês anterior R\$ 158.442,55; Restos a pagar no mês R\$ 0,00;  
197 Total despesas no ano R\$ 1.248.177,36; Saldo Financeiro R\$ 815.673,24; Taxas  
198 Exercício de Poder de Polícia - 510 DESPESA POR ELEMENTO - OUTUBRO/2013:  
199 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 679.146,87; Outras despesas  
200 Variáveis - Pessoal Civil R\$ 6.812,57; Auxílio-Alimentação R\$ 75.272,68; Material de  
201 Consumo R\$ 2.065,31; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 114.903,75;  
202 Obrigações Tributárias E Contributivas R\$ 1.161,72; Total R\$ 879.362,90; Restos a  
203 pagar : R\$ 0,00. CENTRO DE REFERÊNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR – CEREST  
204 - Execução Financeira Orçamentária - Fonte 340: FLUXO FINANCEIRO: Saldo inicial R\$  
205 314.341,49; Receita acumulada até o mês anterior R\$ 0,00; Receita no mês R\$ 0,00;  
206 Receita extra R\$ 0,00; Total da Receita ano R\$ 314.341,49; Despesa paga até o mês  
207 anterior R\$ 0,00; Despesa paga no mês R\$ 139.990,00; Restos a pagar acumulado até o  
208 mês anterior R\$ 73.716,00; Restos a pagar no mês R\$ 0,00; Total Despesas no ano R\$  
209 213.706,00; Saldo Financeiro R\$ 100.635,49; DESPESA POR ELEMENTO -  
210 OUTUBRO/2013: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$  
211 139.990,00; CONVÊNIO 4888/2005 – QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO - Execução  
212 Financeira Orçamentária - Fonte 347: FLUXO FINANCEIRO - Saldo inicial R\$  
213 690.683,33; Receita acumulada até o mês anterior R\$ 38.243,64; Receita no mês R\$  
214 5.683,90; Receita extra 0,00; Total da Receita ano R\$ 734.610,87; Despesa paga até  
215 o mês anterior R\$ 0,00; Despesa paga no mês R\$ 0,00; Restos a pagar  
216 acumulados até o mês anterior R\$ 0,00; Restos a pagar no mês R\$ 0,00; Total Despesas  
217 no ano R\$ 0,00; Saldo Financeiro R\$ 734.610,87; PRÓ-SAÚDE MS LONDRINA -  
218 Execução Financeira Orçamentária - Fonte 349: O rendimento financeiro é apropriado na  
219 c/c 624.018-5 - Gestão = R\$ 367,20; FLUXO FINANCEIRO - Saldo inicial R\$ 57.538,69;  
220 Receita acumulada até o mês anterior R\$ 0,00; Receita no mês R\$ 0,00; Receita extra  
221 R\$ 0,00; Total receita ano R\$ 57.538,69; Despesa paga até o mês anterior R\$ 0,00;  
222 Despesa paga no mês R\$ 0,00; Restos a pagar acumulados R\$ 0,00; Restos a pagar no  
223 mês R\$ 0,00; Total Despesas no ano R\$ 0,00; Saldo Financeiro R\$ 57.538,69;  
224 RECURSOS SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE – VALORES MENSAIS –  
225 OUTUBRO/13 -Recursos incorporados no teto (via incentivos ou contratos com

226 prestadores) do município: Ao HOFTALON (ref. Ivaiporã cf. 3ª CIB), Pactuações c/outras  
227 regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. R\$ 24.922,62; Para CLIN.PSIQ. DE  
228 LONDRINA, Complementação diárias internação de adultos e adolescentes R\$  
229 126.070,11; H.E./H.Z.N/ H.Z.S. Incentivo para melhoria de qualidade R\$ 170.000,00; Ao  
230 CISMEPAR, Incentivo para melhoria de qualidade R\$ 30.000,00 e Incremento aos  
231 Consórcios de Saúde implement. e manut. da oferta da assistência da área de  
232 especialidades médicas R\$ 50.000,00 num total de R\$ 80.000,00; Teto MAC De  
233 Londrina, Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. R\$  
234 35.046,25; Rede Mãe Paranaense Qualific. do Parto - total R\$ 76.680,00, SAMU – Total  
235 R\$ 256.887,0; Total de valores R\$ 769.605,98. INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO EM  
236 SAÚDE OUTUBRO/2013 COM RECURSOS ESTADUAIS INCORPORADOS NO TETO  
237 MUNICIPAL: Fonte 001: Receita Orçamentária R\$ 1.290,18; Receita Extra Orçamentaria  
238 R\$ 250.000,00 ;Total R\$ 251.290,18. Fonte 303; Receita Orçamentária R\$ 40.037,10;  
239 Receita Extra Orçamentaria R\$ 16.431.164,19; Total R\$ 16.471.201,29; Fonte 510;  
240 Receita Orçamentária 12.753,42; Receita Extra Orçamentaria R\$ 0,00;Total R\$  
241 12.753,42; TOTAL DE INVESTIMENTOS R\$ 16.735.244,89; Receita do Fundo Municipal  
242 de Saúde por Origem: União (MS) R\$19.586.136,33 (52,81%); Estado R\$ 769.605,98  
243 (2,07%); Município (Londrina) R\$ 16.735.244,89 (45,12%); TOTAL R\$ 37.090.987,20  
244 (100,00%). **Sandra** encerra a apresentação e passa a leitura da ata da reunião da  
245 Comissão de Finanças: **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**  
246 **DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.** Aos treze dias do mês de  
247 dezembro de dois mil e treze, às quatorze horas , reuniram-se nas dependências da  
248 Prefeitura do Município de Londrina, Avenida Duque de Caxias, 635, os membros da  
249 Comissão encarregada de acompanhar e fiscalizar a prestação de contas do Fundo  
250 Municipal de Saúde através da análise do Relatório Administrativo/Financeiro referente  
251 ao mês de outubro de 2013. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho  
252 Municipal de Saúde: Paulo Fernando Moraes Nicolau, Wagner Aguiar Almeida,  
253 Margarida de Fátima Fernandes Carvalho, Ildo Ioris, Janaina Mazzer Salinet e Marcia  
254 Zambrim e os seguintes representantes do Fundo Municipal de Saúde: Sandra Regina  
255 dos Santos Silva – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde , Silvana P. Tonelli  
256 Costa – Tesoureira do Fundo Municipal de Saúde , Marilia Gabriela Domingos. Estiveram  
257 presentes também os seguintes diretores e gerentes : Carlos Felipe Marcondes  
258 Machado – Diretoria de Regulação da Atenção Básica, Tatiane Almeida do Carmo –  
259 Diretora de Atenção Primária a Saúde. A reunião foi iniciada pela conselheira Janaina na  
260 pagina 03, que questiona do que se trata saldo inicial, valor UBS Reforma, Silvana  
261 esclarece que são recursos destinados a reformas recebidos parcialmente em 2011 que  
262 ainda não foram utilizados . Na pagina 05, Ildo questiona pagamentos  
263 “CONTRIBUIÇÕES P/ MANUT DE AÇOES E SERVIÇOS DE SAÚDE” , Sandra  
264 esclarece que são recursos referentes as especificidades regionais do ano de 2012,  
265 recebido pelo FMS e repassado aos Municípios da Macro Regional. Ainda na pagina 05,  
266 Dra. Margarida questiona pagamentos “SERVIDORES EFETIVOS”, Silvana esclarece  
267 tratar de diárias pagas a servidores que viajam para representar o FMS em reuniões ,  
268 cursos de capacitação e congressos. Ainda nessa pagina Dra. Margarida questiona  
269 pagamento de gás engarrafado. Sandra esclarece ser g’s liquefeito de petróleo cujo  
270 fornecedor é FERNANDESMARCOS VIEIRA para atender as UBS’s. A respeito da

271 empresa WHITE MARTINS, que fornece oxigênio medicinal, foi esclarecido que está  
272 sendo realizada auditoria, pela controladoria de pagamentos realizados. Na pagina 06,  
273 Ildo questiona pagamentos para MB TEXTIL, é apresentado empenho de compra de  
274 compressa de gaze. Na pagina 07, Ildo questiona pagamento para SGUARIO  
275 MANTOVANI. É a apresentado empenho de compra de medicamentos para atendimento  
276 de demandas judiciais e medicamentos que estão fora da cesta básica de medicamentos  
277 do Ministério da Saúde. Ainda na pagina 07, Ildo questiona pagamentos para a  
278 COLOPLAST DO BRASIL LTDA, é apresentado empenho de aquisição de conjunto  
279 Bolsa/Placas ( bolsas de ostomia). Ainda na pagina 07, conselheiro Ildo questiona  
280 pagamentos para COSTA OESTE, Sandra esclarece que há mais de um pagamento por  
281 se tratar de repactuação do contrato da mesma e foram utilizados saldos de empenhos  
282 anteriores. Na pagina 08, Ildo questiona pagamento para SOPHO BUSINESS  
283 COMMUNICATIOS SOLUÇÕES. Sandra esclarece ser de assistência técnica de  
284 telefonia, foi apresentado o processo de pagamento. Ainda na pagina 08, conselheira  
285 Marcia questiona pagamentos para MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA, foi  
286 apresentado processo de pagamento de serviços ambulatoriais de atendimento  
287 odontológico. Ainda nesta página , Ildo questiona pagamentos de R\$ 42.000,00 para  
288 COMPANIA DE SANEAMENTO DO PARANA – SANEPAR, Silvana esclarece que é feito  
289 um empenho estimativo mensal, se a fatura é menor, liquida-se a menos, se é maior ,  
290 faz-se um empenho complementar. Na pagina 09, Ildo questiona pagamento para YURE  
291 HURTON MARTINS GUIMARAES, é apresentado empenho de serviços de  
292 dedetização/desratização, limpeza de caixas d'água. Ainda nesta pagina Dra. Margarida  
293 questiona pagamentos para SERQUIP TRATAMENTO RESIDUS PR LTDA, que de  
294 acordo com a lei complementar 141/12 o mesmo não deve contar como gastos de saúde,  
295 Sandra esclarece que quando há um contrato especifico , nesse caso coleta de resíduos  
296 hospitalares, e que esse plano de gerenciamento de resíduos é um ação de vigilância em  
297 saúde que faz parte do plano municipal de saúde. Nessa página dra Margarida  
298 questiona pagamentos do DETRAN. Silvana esclarece ser pagamentos de DPVAT e  
299 licenciamento. Na pagina 14, Ildo questiona contratos do CISMEPAR, Felipe esclarece  
300 ser apenas 1 (um) contrato, que neste inclui 3 (três ) planos operativos distintos  
301 (CISMEPAR, HZS E HZN). Ainda na pagina 14, Dra. Margarida questiona pagamentos  
302 na natureza SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES EM ATENÇÃO  
303 BÁSICA DA SAÚDE, Silvana esclarece que ouve um equivoco na classificação do  
304 desdobramento do elemento de despesas. Na pagina 16, Wagner questiona pagamentos  
305 de AUXILIO A PESSOAS FISICAS, Silvana esclarece ser ajuda de custo fornecidas a  
306 pacientes em TFD. Na pagina 21, Wagner questiona pagamentos para SERVIDORES  
307 EFETIVOS, Sandra esclarece tratar-se de diárias pagas a servidores que se deslocam  
308 para reuniões de capacitações e congressos realizados fora do domicilio, para  
309 representar o FMS. Na pagina 34, Dra. Margarida questiona pagamento para  
310 DESPESAS COM VIAGENS E ESTADAS, Sandra esclarece ser adiantamentos a  
311 servidores que deslocam para reuniões, cursos de capacitação e congressos realizados  
312 fora do domicilio, para representar o FMS. Na pagina 39, Dra. Margarida questiona  
313 pagamentos a PROEC ENGENHARIA CIVIL LTDA. Silvana esclarece se tratar de saldo  
314 importado pelo sistema contábil do ano anterior. N a pagina 41, Dra. Margarida questiona  
315 pagamentos LICENÇA PREMIO, Silvana esclarece ser direito dos servidores de requerer

316 *uma vez por ano o pagamento de 18 dias da licença prêmio, do período aquisitivo já*  
317 *concluído. Na pagina 47, Ildo questiona pagamentos com recursos do CEREST, fonte*  
318 *340. Foi apresentado processo de pagamento de 1 (um) veículo boxer adaptado para*  
319 *cadeirante (ambulância adaptada), no valor de R\$ 130.990,00. A comissão do FMS é de*  
320 *parecer favorável a aprovação das contas do mês de Outubro/2013. Não estiveram*  
321 *presentes os conselheiros, Lazara Regina Rezende e Natal de Oliveira. A reunião é*  
322 *encerrada às dezesseis horas e trinta e seis minutos. Londrina, treze de dezembro de*  
323 *2013. Sandra se coloca a disposição para esclarecimentos. O conselheiro Ildo Ioris diz*  
324 *que tocante ao recurso da fonte 498 – Assistência Farmacêutica-, gostaria de um*  
325 *esclarecimento a respeito dos 400% a mais que não estavam previstos. Sandra*  
326 *responde que está ocorrendo o processo do contrato com o Consórcio Paraná Saúde,*  
327 *onde o ministério estará repassando o recurso para o consorcio, no entanto, como o*  
328 *processo não está finalizado, o MS continua mandando o recurso para a SMS, porém,*  
329 *como o orçamento foi finalizado no mês de agosto do exercício anterior, foi excluída a*  
330 *receita na fonte 498, mas, como o recurso chega, a SMS está abrindo como excesso de*  
331 *arrecadação. O conselheiro Ildo Ioris pergunta se a SMS tem uma previsão de até*  
332 *quando vai acontecer isso. Sandra responde que vai ocorrer enquanto não for finalizado*  
333 *o processo do consórcio. Ildo questiona a respeito do item - obrigações patronais –*  
334 *31.90.13 e 31.91.13. Sandra responde que o item 31.90.13 é referente ao pessoal de*  
335 *contratação por tempo de serviço (contribuição como INSS), já o item 31.91.13 se refere*  
336 *aos servidores concursados (contribuição/CAPSML). O conselheiro Ildo Ioris solicita que*  
337 *o item seja mais detalhado no relatório. O conselheiro Ildo questiona a respeito do valor*  
338 *de R\$ 100 mil na fonte 340 – Cerest, pois foi aprovada em reunião anterior a utilização*  
339 *deste recurso. Sandra responde que o recurso está na conta e que para este ano ele*  
340 *entrou como superávit, e não existe mais previsão desta fonte no orçamento. Sandra*  
341 *explica que a SMS pode abrir como superávit e aplicar o recurso como foi definido no*  
342 *plano de aplicação. Ildo coloca que essa aplicação depende da utilização de outro*  
343 *recurso, por isso é preciso resolver a questão. Sandra responde que ainda há recurso na*  
344 *fonte 496. A servidora Denise Philippsen faz uso da palavra e explica que o plano de*  
345 *aplicação citado foi aprovado em março de 2012, e que desde então, foram adquiridos 3*  
346 *veículos: 1 readaptado e 2 de passeio. No tocante aos 100 mil, o valor já foi solicitado*  
347 *para a compra dos computadores e TV's. Ildo coloca que é importante resolver essa*  
348 *questão, pois o recurso vai ficar acumulando e existe a necessidade da liberação do*  
349 *outro recurso. A conselheira Maria Osvaldina questiona a respeito do recurso do Samu*  
350 *e do prazo para o município se organizar até 13 de fevereiro. Sandra responde que o*  
351 *recurso está sendo aplicado no Samu. A conselheira Júlia Miyamoto diz que fez parte*  
352 *da Comissão de Acompanhamento do Pró-saúde II, sendo que a verba era aplicada nas*  
353 *UBS, que recebiam estudantes da UEL. Julia relata que o Concentro solicitou uma verba*  
354 *para a Vila Nova, mas ela foi negada com a justificativa de que a UBS não recebia*  
355 *estagiários da UEL. Julia questiona como está à situação atual da esta verba e quem faz*  
356 *parte atualmente da comissão, e ainda, se a verba do MS está indo direto para a AMS ou*  
357 *ainda há a coordenação da UEL. Sandra explica que não sabe responde ao*  
358 *questionamento, pois isso não está na prestação de contas. A diretora Suzana*  
359 *Verlingue coloca que para a próxima reunião, será solicitada junto ao DAPS, uma*  
360 *explicativa sobre o assunto. O conselheiro José Aparecido coloca que como a leitura*



361 que é feita, dificulta bastante para os conselheiros acompanharem, tanto que alguns  
362 ficam “andando feito barata tonta” e nem prestam atenção na apresentação. José  
363 questiona se não é possível modificar o atual modelo de apresentação. José questiona a  
364 respeito das obras das creches. José diz que existem obras paradas no município, por  
365 exemplo, quanto custará a UPA do Jardim do Sol, o contrato fechado sem aditivo, e  
366 ainda, porque é que diminuiu os trabalhadores. José coloca que a prestação de contas  
367 poderia ser mais clara, facilitando a compreensão dos leigos em contabilidade, pois o  
368 conselho é formado por representantes do povo. **Sandra** responde que para isso seria  
369 necessária uma reunião somente para apresentação da prestação de contas. Com  
370 relação às obras da saúde, o assunto já foi apresentado ao CMS. Sandra afirma que não  
371 pode responder sobre creches, pois isso é de competência de outra secretaria. Sandra  
372 coloca que o valor inicial da UPA do Jardim do Sol, sem aditivos, é de 3 milhões 527 mil  
373 reais. O conselheiro **Ildo Ioris** diz que realmente é uma apresentação muito complicada,  
374 no entanto, gostaria de convidar todos a participarem, no dia 20 de fevereiro, às 14  
375 horas, da análise das contas de novembro, onde a prestação de contas pode ser mais  
376 detalhada. O conselheiro **Eliei Joaquim** faz uso da palavra e coloca que tem em mãos  
377 um documento, e ao que parece, existe uma discussão sobre o PAM ficar unificado  
378 exclusivamente ao PAI quando a UPA do JD do Sol for inaugurada, no entanto, essa  
379 discussão tem de ser trazida ao CMS. Eliei questiona a respeito do carro especial que foi  
380 tirado do recurso do Cerest, pois ao que parece, o carro foi designado para ação social.  
381 Eliei questiona quantos pacientes especiais estão sendo atendidos pelo veículo e de que  
382 maneira está sendo feito o atendimento, sendo que isso precisa ser levantado e  
383 apresentado na próxima do CMS. A diretora **Suzana** responde que o levantamento sobre  
384 o carro será providenciado. Suzana diz que no tocante ao assunto do PAM, a proposta  
385 foi levantada pelo secretário anterior e está sendo avaliada pelo Drº Mohamad, no  
386 entanto, não há nada certo. **Eliei** afirma que o CMS já decidiu que não fecha serviços e  
387 sim os amplia. A diretora **Suzana** responde que o assunto será apreciado pelo CMS. O  
388 conselheiro **Cícero Cipriano** questiona se a SMS providenciou um especialista para  
389 averiguar a manutenção dos veículos da saúde. Cícero coloca que solicitou cópias de  
390 notas nas reuniões anteriores, no entanto, isso não foi enviado até hoje. Cícero solicita o  
391 número de profissionais existente na área financeira e na secretaria do CMS, até por  
392 uma questão de celeridade do processo. Cícero questiona a respeito do valor de R\$ 203  
393 mil reais do CEREST. Cícero reitera a questão do plano operativo do recurso, inclusive  
394 afirma que isso poderia ser utilizado numa dinâmica diferente. Cícero questiona a  
395 respeito do item –Passagens – no valor de R\$ 237 reais. A servidora **Denise** esclarece  
396 que o plano operativo está sendo finalizado e será trazido ao CMS. **Sandra** explica que o  
397 valor de R\$ 237 reais corresponde a estorno de empenho. Sandra explica que quando  
398 ocorre uma viagem, é pedido um valor de adiantamento, sendo que depois ele deve  
399 prestar contas, por exemplo, se ele pega 500 reais e gasta 250, ele devolve o que sobrou  
400 e o empenho é estornado. **Cícero** questiona se no tocante ao item da fonte 510, no valor  
401 de R\$ 885 mil reais, já houve uma discussão sobre um plano operativo. Sandra  
402 responde que esse o recurso já foi gasto e todo aplicado na folha de pagamento dos  
403 servidores da Vigilância Sanitária. Cícero coloca que, salvo engano, foi discutido no CMS  
404 a utilização de 50% deste valor e mais outros 50%, em investimentos na infraestrutura da  
405 VS. **Sandra** responde que o recurso é para manutenção do serviço da VS, inclusive folha

406 de pagamento. **Cícero** questiona se o estado ou a união já respondeu a questão do  
407 termo de prorrogação do convenio para Qualificação da Gestão - fonte 347- no valor de  
408 R\$ 734 mil. Cícero solicita um detalhamento a respeito da compra do carro que foi  
409 mencionado pelo conselheiro Eliel, pois ficou sabendo na mídia que parte do recurso  
410 veio do governo federal, já que foi aprovado um valor neste plano operativo. Cicero  
411 coloca que observou um saldo final no valor de R\$ 100 mil, como havia 314 mil, gostaria  
412 de um detalhamento sobre a utilização do recurso que sobrou fora o valor gasto no  
413 veículo. O conselheiro **Joselito Hajjar** coloca que o modelo de apresentação atual é  
414 muito ruim, por isso, gostaria de propor que os conselheiros tragam apenas suas duvidas  
415 pontuais para discutir na reunião. Hajjar continua e coloca que está havendo um impasse  
416 em relação ao POA dos 2 hospitais, onde o estado está pedindo que a prefeitura assuma  
417 pelo menos a dívida existente no POA. Hajjar finaliza e diz que a questão precisa ser  
418 pautada para discussão no CMS. A conselheira **Julia Miyamoto** lembra que foi votado  
419 que o conselheiro Jose Martins faria parte da comissão que acompanha as obras. O  
420 conselheiro **Eliel Joaquim** diz que gostaria de ratificar a proposta do conselheiro Hajjar,  
421 pois é preciso encontrar um modelo mais eficiente de apresentação. **Sandra** sugere que  
422 além da proposta dos conselheiros, o CMS poderia enviar os questionamentos por e-mail  
423 com 3 dias de antecedência, para que o financeiro traga as respostas prontas. O  
424 conselheiro **Cícero Cipriano** sugere que a apresentação seja feita de forma resumida,  
425 com o valor que foi empenhado, o que foi pago e o saldo. Sandra responde que se for  
426 apresentar o que foi empenhado e o que foi pago, o tempo gasto será ainda maior. O  
427 conselheiro **Joselito Hajjar** diz que pode constar na ata o termo “conforme balanço em  
428 anexo”. Sandra coloca que esteve analisando a Lei da criação do fundo, a qual diz que a  
429 prestação de contas precisa ser entregue ao CMS, no entanto, ela não precisa ser  
430 obrigatoriamente apresentada em tela. Se os conselheiros enviarem seus  
431 questionamentos antecipadamente, a SMS poderia trazer as respostas e a prestação ser  
432 aprovada ou não. O conselheiro **Eliel Joaquim** reafirma seu apoio à proposta do  
433 conselheiro Hajjar. A diretora **Suzana Verlingue** coloca em votação a proposta de que a  
434 prestação de contas seja encaminhada aos conselheiros com uma antecedência de 10  
435 dias, e os mesmos tragam a reunião apenas questionamentos pontuais, sem a  
436 necessidade de apresentação da prestação de contas. O CMS aprova a proposta.  
437 **Verlingue** coloca em votação a prestação de contas referente ao mês de outubro de  
438 2013. O CMS aprova a prestação de contas. O conselheiro **Cicero Cipriano** coloca  
439 que sua aprovação foi com ressalvas. A seguir é passado ao ponto de pauta:  
440 **Apreciação e Avaliação do Relatório Quadrimestral.** A diretora de planejamento da  
441 SMS, **Rosilene Machado**, explica que o documento já foi enviado aos conselheiros e  
442 que está aberta a questionamentos. Rosilene explica ainda que foi feita a seguinte errata  
443 relacionada ao documento original enviado aos conselheiros: Errata audiência pública 3º  
444 quadrimestre. A diretoria primária a saúde – DAPS tem a informar que a apresentação  
445 da audiência pública do 3º quadrimestre do ano de 201, enviada aos conselheiros de  
446 saúde, apresenta erro no cálculo dos indicadores: Razão de exames citopatológicos do  
447 colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa  
448 etária (17 anos); razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em  
449 mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (slide 18). Estes  
450 indicadores sofreram mudança de cálculo no ano de 2013 quando houve introdução do

451 Contrato Operativo de Ação Pública da Saúde (COAP). Os números anteriormente  
452 informados foram calculados com população da meta (Colo de útero 36.448 e  
453 mamografia 10.265), como divisor sendo o correto utilizar como base de dados o total da  
454 população feminina para a faixa etária: Colo de útero de 25 a 64 anos - total: 145.790  
455 mulheres; mamografia de 50 a 69 anos: 51.327 mulheres. Abaixo os slides com valores  
456 recalculados: 1- Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a  
457 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária: Meta anual (0,75), resultado 1º  
458 quadrimestre (0,17\*), resultado do 2º quadrimestre (0,18\*), resultado do 3º (0,20\*), total  
459 do ano (0,54\*). A cobertura de preventivo de câncer de colo de útero neste quadrimestre  
460 apresentou a razão de 0,20. No mês de outubro, a secretaria municipal de saúde em  
461 parceria com o movimento “Outubro Rosa” realizou intensificação do atendimento às  
462 mulheres para realização do exame preventivo de câncer de colo de útero, exames  
463 clínicos da mama e solicitação de mamografia. As unidades de saúde ampliaram a oferta  
464 de agenda para atender esta demanda, e intensificaram as ações de promoção e  
465 prevenção nos grupos da comunidade. A somatória dos quadrimestres totalizou a razão  
466 de 0,54. \*Números preliminares, relatórios enviados pelas UBS’s. Método de cálculo  
467 municipal: numero de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64  
468 anos em determinado município e não/população feminina na faixa etária de 25 a 64  
469 anos no mesmo local e ano/3. Fonte: sistema de informação ambulatorial (SIA/SUS).  
470 Código de procedimento: 0203010019- exame cérvico-vaginal/microflora. 2. Razão de  
471 exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e  
472 população da mesma faixa etária. Meta anual (0,40), resultado do 1º quadrimestre  
473 (0,11\*), resultado do 2º quadrimestre (0,11\*), resultado do 3º quadrimestre (0,12\*), total  
474 do ano (0,34\*). Conforme podemos observar na tabela, a razão do último quadrimestre  
475 foi de 0,12. Este cálculo é realizado pelos resultados de laudos enviados pelos  
476 prestadores, podendo ser maior, pois o tempo de chegada na UBS dos laudos é  
477 variável. No mês de outubro, a secretaria municipal de saúde em parceria com o  
478 movimento “Outubro Rosa” realizou intensificação do atendimento às mulheres para  
479 realização do exame preventivo de câncer de colo de útero, exames clínicos da mama e  
480 solicitação de mamografia. As unidades de saúde ampliaram a oferta de agenda para  
481 atender esta demanda, e intensificaram as ações de promoção e prevenção nos grupos  
482 da comunidade. A somatória dos quadrimestres totalizou a razão de 0,54. \*Números  
483 preliminares, relatórios enviados pelas UBS’s. Descrição do indicador: Número de  
484 mamografias para rastreamento realizadas nas mulheres de 50 a 69 anos e a população  
485 feminina nesta faixa etária, na região e municípios. Número de mamografias para  
486 rastreamento realizadas em mulheres residentes na faixa etária de 50 a 69 anos em  
487 determinado local e ano/ população feminina na mesma faixa etária no mesmo local e  
488 ano/2. Fonte: sistema de informação ambulatorial (SIA/SUS). Código de procedimento:  
489 0203010019- exame cérvico-vaginal/microflora. O conselheiro **José Aparecido Martins**  
490 questiona se o valor apresentado se refere à manutenção das UTI’s de Londrina.  
491 **Rosilene** responde que falou dos leitos em geral e não em manutenção de UTI’s. **José**  
492 **Aparecido Martins** questiona se não pode ser usado o numero de população da  
493 regional para ampliar o numero de leitos. A conselheira **Terezinha de Fátima Sanches**  
494 faz uso da palavra e inicia dizendo que a 17ª RS tem feito levantamento da necessidade,  
495 e foi constatado que a regional tem uma carência de 66 leitos de UTI. Se isso for

496 ampliado para a necessidade de leitos de longa permanência, são mais 104 leitos  
497 necessários, por isso vemos que o internamento de clínica da regional em Londrina está  
498 acima de 82% em média complexidade, sendo que nestes leitos existem muitos  
499 pacientes de longa permanência e que não foi previsto, logo, está sendo feito um estudo  
500 para avaliar a situação, para que se possa trabalhar com dados e tenhamos um possível  
501 hospital na zona oeste, onde será trabalhado em cima de dados que a comunidade  
502 realmente precisa, qualificando estes leitos e dando uma especificidade que a cidade de  
503 Londrina, a regional e a macrorregional tem. Sanches prossegue e diz que parece que  
504 está sobrando leitos, porém, está sobrando leitos para a cidade de Londrina, mas é  
505 preciso fazer o cálculo que a cidade de Londrina tem mais de 180 mil vidas cobertas por  
506 plano de saúde, pois está população também necessita e tem de ter a qualificação para  
507 qual ela está pagando em convenio. Sanches finaliza e afirma que a 17ª RS está  
508 fazendo todo o levantamento da questão. O conselheiro **Cicero Cipriano** diz que  
509 gostaria de saber como a secretaria tabula os dados, sendo que todos tem conhecimento  
510 que a secretaria tem problemas no tocante à tecnologia de informação, inclusive não viu  
511 nenhum projeto para aquisição de equipamentos, seja para ACS's ou de Endemias.  
512 Cicero questiona se o slide 63 se refere a 84 equipes completas. Cicero questiona como  
513 está a situação da fila de espera para internação de pacientes da saúde mental. Cicero  
514 questiona o número atual de cardiologistas na Policlínica. Cicero questiona por que a  
515 Policlínicas muitas vezes é sub utilizada, já que poderia dar um suporte maior as UBS's.  
516 Cicero pergunta se existe fila de espera para internação domiciliar e quantas pessoas  
517 estão nesta fila e qual o número de equipes e se estão completas. **Rosilene** diz que no  
518 tocante a informatização, estão sendo empenhados 300 computadores para melhorar  
519 essa questão. O ano passado foi construído um grupo em relação à informação, com o  
520 intuito de discutir de onde está vindo a informação, sendo que o objetivo é trabalhar cada  
521 vez mais com as informações do sistema oficial, pois muitas informações ainda vem do  
522 papel. Rosilene diz que foi desenhado um fluxo de informações e neste grupo está sendo  
523 mapeadas as falhas, dificuldades e número de equipamentos relacionados à informação,  
524 e o compromisso da DTI e do planejamento é fazer uma unidade piloto para termos o  
525 processo de informatização mais próximo, com dados tanto para o gestor como para a  
526 população. Rosilene explica que o prefeito fez um convenio com a CELEPAR, para a  
527 PML trabalhar com o sistema BI, e a SMS começou pela gestão de pessoas e já está  
528 disponibilizando algumas informações. A enfermeira **Simone** faz uso da palavra e diz  
529 que as 84 equipes do PSF estão completas, sendo que existem mais 5 que estão  
530 incompletas, num total de 89 equipes. Simone coloca que Londrina foi chamada em  
531 Curitiba em setembro do ano passado, devido a uma proposta do SESA para qualificar e  
532 certificar unidades com padrão de qualidade, sendo que Londrina foi um 3 municípios  
533 convidados entre os 399 do Paraná. Simone prossegue e explica que a SMS elencou  
534 uma unidade para participar deste processo de creditação, que por sua vez é baseado  
535 no padrão da organização nacional da creditação, o qual trabalha com 3 selos de  
536 qualidade: ouro, prata e bronze. A equipe, ao iniciar o processo de creditação, aplica um  
537 instrumento, que vise tanto a segurança do usuário como a do profissional, sendo que  
538 encima destes documentos são vários indicadores e todas as respostas que não  
539 contemplam geram um plano de ação para resolver as fragilidades na assistência.  
540 Simone explica que a unidade do Ouro branco está trabalhando para conseguir trazer

541 este selo de qualidade para Londrina, que é um certificado de padrão de qualidade ao  
542 usuário. Simone coloca que o projeto é excelente e que Ouro branco foi escolhida como  
543 unidade piloto e a intenção é que o programa seja ofertado gradativamente a todas as  
544 demais unidades. A conselheira **Julia Miyamoto** questiona a respeito da reforma da  
545 UBS Vila Nova. O servidor **Sidney** responde que será feito uma reforma paliativa em  
546 tudo que estiver ruim e que não necessita de projeto, pois não houve tempo hábil para  
547 elaborar o projeto. A conselheira **Julia Miyamoto** diz que ficar reformando desse jeito é  
548 jogar dinheiro fora, pois seria interessante uma ampliação da UBS. Sidney responde que  
549 a verba que vem é para reforma da unidade, não sendo possível usa-la para ampliação,  
550 pois o recurso cadastrado e liberado no sistema é para reforma. Rosilene explica em  
551 dezembro de 2011, o sistema do MS abriu o sistema para propostas de reformas, e  
552 então a SMS postou as unidades que necessitavam de reforma, no entanto, em janeiro  
553 de 2012, o MS habilitou o sistema para as ampliações, porém, as unidades que foram  
554 contempladas com reforma não podiam ser contempladas para ampliação, que foi o que  
555 aconteceu com o Vila Nova e o Lindoia. **Rosilene** coloca que o secretário de Saúde está  
556 em Brasília para pleitear recursos através de emenda parlamentar, visando verbas para  
557 ampliar algumas unidades que estão sendo reformadas e vice-versa. A conselheira **Julia**  
558 **Miyamoto** questiona se a academia de saúde é a academia ao ar livre. Rosilene explica  
559 que é uma proposta de construção de um local que a SMS possa utilizar junto com a  
560 comunidade para promover ações de educação, lazer e saúde. **Rosilene** se compromete  
561 a trazer na próxima reunião algum documento dando mais detalhes do projeto. A  
562 conselheira estadual **Rosalina Batista** questiona que a UBS Itapuã não aparece como  
563 prioridade, sendo que em 2010-2011 foi discutido o projeto da UBS, inclusive havia um  
564 recurso do pro saúde para o aumento de uma sala para estudantes e ACS's, no entanto,  
565 isso não está no relatório. Rosalina questiona que a meta de exames de saúde da  
566 mulher nunca é cumprida, logo, seria melhor rever a estratégia, pois se isso não for  
567 cumprido, a questão da mortalidade materna não será reduzida. **Rosalina** coloca que a  
568 discussão sobre saúde mental tem de ter uma pauta específica. **Suzana** responde no  
569 tocante à saúde da mulher, a SMS tem uma preocupação relacionada aos trabalhadores  
570 que não podem usar a unidade durante seu horário de funcionamento, e, pensando  
571 nisso, o secretário fez uma proposta para que algumas unidades fossem abertas, não  
572 como pronto atendimento, mas como PSF, visando atender estes trabalhadores. Suzana  
573 finaliza e afirma que a questão está sendo estudada pela DAPS. **Rosilene** faz uso da  
574 palavra e diz que em relação ao Itapuã, na apresentação do 2º quadrimestre consta que  
575 o recurso citado foi solicitado junto a SESA, sendo que neste quadrimestre, com a ajuda  
576 da Dona Rosalina, o projeto foi reelaborado e ela foi pleitear o recurso do pró-saúde junto  
577 ao SESA, que são 50 mil reais para construção de uma sala no Itapuã, sendo que na  
578 época foi contratado um projeto de 700 mil reais para ampliação da unidade e não havia  
579 este recurso. Rosilene coloca que os projetos serão encaminhados ao SESA, mas  
580 realmente ficou faltando na apresentação. O conselheiro Cicero Cipriano questiona como  
581 está à situação da obra da UBS Guanabara. Cicero questiona que no item relacionado à  
582 DST, ficou faltando contar a questão das campanhas de prevenção, sendo que isso  
583 precisa ser contemplado. **Cicero** questiona que no tocante aos prontos atendimentos, foi  
584 citada uma captação de recursos para o PAI, PAM e UPA, no entanto, o Leonor não foi  
585 contemplado, sendo que também é um pronto atendimento. A servidora **Angélica**,

586 diretora do DSES, faz uso da palavra e diz que no tocante a questão da Policlínicas e a  
587 fala do conselheiro sobre ela ser sub utilizada, a diretoria já está fazendo discussões  
588 para melhorar o atendimento e aumentar a oferta de especialidades. Angélica coloca que  
589 a atualmente a unidade conta com 1 cardiologista e está para receber 1 pneumologista,  
590 sendo que os demais profissionais pendentes, está se buscando realocar profissionais  
591 da própria rede dentro da Policlínicas. Angélica diz que no tocante a Internação  
592 Domiciliar, atualmente existem 3 equipes e o objetivo são 4 equipes, o que será  
593 alcançado com a contratação dos novos profissionais. Em relação a fila de espera, ela não  
594 existe, e o que pode demorar um pouco é a questão da avaliação do oxigênio para  
595 pacientes internados. Angélica finaliza e diz que em relação às campanhas de  
596 prevenção a DST, elas acontecem, mas realmente ficou faltando no relatório e isso será  
597 acrescentado. **Rosilene** coloca que em relação à UBS Guanabara, o programa do MS  
598 funciona da seguinte maneira: a 1ª parcela eles depositam quando a proposta é  
599 habilitada, sendo um total de 10% do recurso financeiro. A 2ª parcela é depositada  
600 quando é dada a ordem de serviço da obra, e para ser dada a ordem de serviço e ser  
601 postada no sistema do MS, é preciso coincidir algumas documentações. Estes  
602 documentos foram postados em novembro e em 27/12 o MS deu um parecer favorável,  
603 mas até o momento não foi depositada a 2ª parcela, pois é um processo que demora.  
604 Rosilene finaliza e diz que a diretora financeira Sandra está estudando se é possível o  
605 aporte de recurso da SMS enquanto está se aguardando o depósito, pois a construtora  
606 pode parar a obra por não ter recebido esta medição. Rosilene diz que em relação ao  
607 Leonor, ele não foi incluído nos equipamentos da emenda parlamentar porque são  
608 equipamentos para área especializada, no entanto, o Leonor ainda é uma unidade mista  
609 e ainda não foi possível fazer dois cadastro no CNES, e como a unidade tem uma  
610 estrutura diferente, foi priorizado o PAM e UPA para receber os equipamentos, pois tem  
611 uma estrutura melhor. O conselheiro **Joselito Tanius** faz uso da palavra e diz que no  
612 tocante a questão dos leitos, foi colocado que são 3 equipes de ID e há no relatório o  
613 número de 1276 internamentos, e se for isso mesmo é um resultado muito bom. Joselito  
614 afirma que a internação domiciliar é a saída para a questão dos leitos, logo, gostaria de  
615 saber se é feita essa política na região, pois cada leito domiciliar é um a menos no  
616 hospital. A conselheira **Teresinha de Fatima Sanchez** coloca que na regional somente  
617 há falta leitos de UTI em Ibiporã e Cambé, porque eles não estão usando a capacidade  
618 total. Nos outros municípios podemos mandar o paciente de volta para os hospitais da  
619 região, e isso já tem sido feito e estimulado os hospitais a devolverem os pacientes. O  
620 problema é a complexidade, pois muitas vezes o paciente não tem como sair do hospital  
621 que está. O conselheiro **Edson Facundo** coloca que as campanhas de prevenção a DST  
622 acontecem, inclusive a Comuniaids está sempre se reunindo para discussões. **Rosilene**  
623 finaliza e diz que como CMS apreciou o relatório, serão incluídas as recomendações dos  
624 conselheiros Cícero e Rosalina. O conselheiro **Eliei Joaquim** coloca que as  
625 apresentações estão demorando muito e que os encaminhamentos estão  
626 desorganizados. Eliei diz que é preciso delimitar o tempo dos palestrantes e controlar os  
627 2 minutos de cada conselheiro. Eliei solicita que os novos diretores da SMS sejam  
628 apresentados até o final da reunião. **Suzana** responde que já que o tempo é escasso, os  
629 diretores serão apresentados na próxima reunião do CMS. **Rosilene** esclarece que a  
630 apresentação foi feita desta forma a pedido do próprio conselho, pois em sua opinião os

631 conselheiros poderiam trazer somente as dúvidas. Rosilene finaliza e diz que fica no  
632 aguardo para dar os encaminhamentos dos trabalhos na comissão. Na sequência é  
633 passado ao ponto de pauta: **Apresentação da Atenção Psicossocial à Saúde Mental**  
634 **(CAPS III e UPA) - Comissão de Avaliação da Saúde Mental.** A conselheira **Janaina**  
635 **Mazzer** faz uso da palavra e inicia a seguinte apresentação: **Atenção Psicossocial à**  
636 **Saúde Mental – CAPS III e UPA.DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES; DESCENTRALIZAÇÃO.**  
637 **NOVOS ARRANJOS ORGANIZATIVOS. NOVOS MODELOS DE FINANCIAMENTO.**  
638 **PORQUÊ AS DIFICULDADES? Fragilidades.** 1- *Deficiência na Regulação e Assistência*  
639 *aos Usuários de Saúde Mental. **Legislação.** - Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011 :*  
640 *Regulamenta a lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização*  
641 *do SUS, o planejamento de saúde , a assistência à saúde e articulação interfederativa.*  
642 *Portaria 130 de 26/01/2012: Caps ad III 24 horas. **Sugestões da Comissão:** - Afinar a*  
643 *Dinâmica do programa de regulação implantado pelo município (MV). Acionar o Comitê*  
644 *de Urgência e Emergência para a discussão do Fluxo da Rede de Assistência a Saúde*  
645 *Mental (SAMU, Instituições Hospitalares e toda a rede de Saúde Mental). Monitorar e*  
646 *Avaliar a qualidade dos serviços através de indicadores de efetividade e resolutividade*  
647 *de atenção. Avaliar isoladamente os casos ocorridos e problemáticos para análise e*  
648 *posteriores solução (planejamento estratégico).* 2- *Redes de Saúde Mental Frágil e*  
649 *Insuficiente para a demanda do Município. Portaria nº 132 de 26/01/2012: Componente*  
650 *de Reabilitação Psicossocial. - Portaria nº 148 de 31/01/2012 – Serviço Hospitalar de*  
651 *Refef. **Sugestões da Comissão:** - Ampliação dos Serviços e estudo e implantação de*  
652 *um RAPS Articulada e Integrada. - Discussão em entre a ASMS de Londrina e os*  
653 *Prestadores ( Instituições de Saúde nos níveis Primários, Secundários e Terciários :*  
654 *Privadas, Filantrópicas, Não Governamentais, Universidades e Fac. , para a garantia de*  
655 *atendimento e criação de Leitos e Unidades para o atendimento aos usuários da Saúde*  
656 *Mental ) com uma assistência de saúde aos usuários e familiares digna, integradora,*  
657 *inclusiva, singular e holística. **Fragilidades** 3- Dimensionamento de Trabalhadores*  
658 *Insuficiente. **Legislação.** Resolução 293/ 2004 do COFEN que fixa e estabelece*  
659 *parâmetros para o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas*  
660 *unidades assistenciais de saúde. Portaria n.º 336/GM Em 19/02/2002. Define e*  
661 *estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. Estes*  
662 *serviços passam a ser categorizados por porte e clientela, recebendo as denominações*  
663 *de CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad. - Portaria 130 de 26/01/2012: Caps ad*  
664 *III 24 horas. **Sugestão da Comissão.** - Convênio entre a ASMS de Londrina para a*  
665 *implantação e implementação do Atendimento de Psicoterapia Individual aos Usuários do*  
666 *S.U.S. - Garantir a articulação dos pontos de atenção das redes de saúde no território,*  
667 *qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e de*  
668 *atenção às urgências. - Orientação à População acerca do Fluxo da Rede de Atenção à*  
669 *Saúde Mental instituída pelo Município. - Adequação e contratação do quantitativo da*  
670 *Equipe de trabalhadores envolvidos da RAPS, conforme Portarias e Legislações*  
671 *Pertinentes. - Solicitação de 02 Profissionais Enfermeiros – CAPS III. **Fragilidades.** 4-*  
672 *Despreparo da Equipe Multiprofissional em assistir os usuários que utilizam a Rede*  
673 *Psicossocial, principalmente nos diagnósticos graves e de maiores vulnerabilidades (*  
674 *crianças, adolescentes, jovens, pessoas em situação de rua, populações indígenas,*  
675 *usuários agressivos, com tendências suicidas, etc . ).**Legislação** Há que se considerar à*

676 **Conduta Ética dos Profissionais de Enfermagem. Segundo o Código de Ética dos**  
677 **Profissionais de Enfermagem aprovado pela Resolução COFEN Nº. 331/ 2007, são**  
678 **responsabilidades e deveres dos referidos profissionais, dentre outras: “Assegurar à**  
679  **pessoa, família e coletividade assistência de enfermagem livre de danos decorrentes de**  
680 **imperícia, negligência ou imprudência” (Art. 12). Sugestão da Comissão: -**  
681 **Assistência e primordiais interesses devem ser centrados nas necessidades do**  
682 **usuário, visando a sua autonomia e reinserção do mesmo. Disponibilidade Estratégica**  
683 **no processo de Desinstitucionalização e consolidação de um modelo de atenção aberta e**  
684 **de base comunitária.- Sensibilização de Toda a Rede de Saúde, População, Gestores e**  
685 **Prestadores para a Efetivação de uma Micropolítica de Saúde Mental transversal,**  
686 **intersectorial, integrada e de reinserção . - Criação de dispositivos estratégicos no**  
687 **processo de desinstitucionalização. Diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial.**  
688 **Respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas;**  
689 **Promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde;**  
690 **Combate a estigmas e preconceitos; Garantia do acesso e da qualidade dos**  
691 **serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica**  
692 **interdisciplinar; Atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas;**  
693 **Diversificação das estratégias de cuidado; Desenvolvimento de atividades no**  
694 **território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e**  
695 **ao exercício da cidadania. Desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos;**  
696 **Ênfase em serviços de base territorial e comunitária, com participação e controle**  
697 **social dos usuários e de seus familiares; Organização dos serviços em rede de**  
698 **atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersectoriais para**  
699 **garantir a integralidade do cuidado; Promoção de estratégias de educação**  
700 **permanente; Desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com transtornos**  
701 **mentais e com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas,**  
702 **tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular. Janaina**  
703 encerra a apresentação. A palavra passa a **Enfª Claudia**, nova gerente da saúde mental,  
704 que inicia dizendo que desde o ultimo dia 3 de fevereiro, o pronto atendimento do CAPS  
705 voltou a atender de noite e nos fins de semana. A UPA foi mantida como referência para  
706 as intercorrências clínicas, e como a população procurava a unidade de pronto  
707 atendimento, ela vai acolher a demanda espontânea e depois referenciar para o serviço  
708 especializado, portanto, ninguém vai chegar lá e ser mandado para o CAPS  
709 independente do horário. Ao mesmo tempo, de dezembro a janeiro, foi realizado todo o  
710 treinamento para equipe de enfermagem da UPA, para que eles prestem o atendimento  
711 aos pacientes que estão chegando até a unidade, sendo que esse treinamento foi  
712 oferecido nos 3 horários: manhã, tarde e noite. Claudia prossegue e diz que em relação à  
713 estrutura física, o problema é visível e o que se tem é a expectativa do recurso para que  
714 ao menos se resolva o problema da infiltração e questões estruturais. Claudia relata que  
715 já foram contratadas 2 enfermeiras. No tocante a pergunta do sistema MV, foi uma  
716 reorganização do estado, e quando o município entrou com esta reorganização, foi um  
717 período bastante difícil para adaptação ao sistema, sendo que a regulação está sendo  
718 feita em Curitiba e por psiquiatras , e neste momento está sendo negociado para que a  
719 regulação volte para Londrina, pois demandou demora de resposta para a internação.  
720 Claudia continua e diz que conversou com o Drº Henrique, coordenador do pronto



721 atendimento, que relatou que a fila de espera para uma vaga tem girado em torno de no  
722 máximo 1 dia, e geralmente as demoras ocorrem quando o usuário pede a vaga de um  
723 hospital específico. O conselheiro **Cícero Cipriano** sugere que o próximo ponto de  
724 pauta - Esclarecimento da SMS à Respeito do atendimento Saúde Mental - seja  
725 suprimido e o assunto seja discutido com mais tempo e tranquilidade numa próxima  
726 reunião. O conselheiro **Eliel Joaquim** coloca que a reabertura do CAPS foi de uma  
727 sensibilidade muito legal do secretário, pois foi feito um documento pela SINDPREVS,  
728 ASSUEL, SINDSAUDE e CRO, pedindo ao secretário essa reabertura. Eliel Joaquim diz  
729 que concorda com a proposta do conselheiro Cícero e que assina embaixo a  
730 apresentação feita pela conselheira Janaína. **Claudia** diz que seria interessante trazer  
731 ao CMS as questões de contra referência, dos hospitais também assumindo, de toda  
732 organização e do serviço. O conselheiro **Fábio Molin** diz que a discussão surgiu lá atrás  
733 e realmente a discussão da saúde mental deve ser pautada na próxima reunião. O  
734 promotor de saúde, **Drº Paulo Tavares**, faz uso da palavra e inicia dizendo que a  
735 questão da saúde mental é algo bastante preocupante, pois estamos encontrando muitas  
736 dificuldades nos serviços. Tavares continua e diz que gostaria de receber o trabalho feito  
737 pela comissão, e o que se percebe é que a nova gestão está assumindo agora uma das  
738 áreas mais fragilizadas da saúde pública de Londrina, onde as demandas estão  
739 aumentando assustadoramente, tanto no que se refere a transtorno mental como a  
740 questão da dependência química, e o município não vem respondendo a altura estas  
741 demandas. É muito preocupante o fato de esta comissão ter levantado que há deficiência  
742 na regulação e na assistência ao usuário, que a rede de saúde mental é frágil e  
743 insuficiente para a demanda, que o Caps III tem uma falta de pessoal significativa e que  
744 há despreparo nos profissionais e estrutura física é inadequada, portanto, não há como  
745 ser pior do que isso. Tavares questiona se alguém se lembra de alguma área da saúde  
746 que esteja pior que a situação da saúde mental, tanto que no ano passado, o MP fez  
747 varias reuniões, inclusive o MP coordena um grupo de trabalho que congrega todos os  
748 segmentos da área e poder publico municipal, e o que se tem são somente promessas. É  
749 preciso cobrar do executivo municipal, ações efetivas e a implementação destas ações,  
750 que melhorem o serviço na área de saúde mental, pois não é possível que tenhamos as  
751 unidades do CAPS fragilizadas, e não somente na questão estrutural, mas também de  
752 capacitação e funcionamento de toda rede. Drº Paulo Tavares diz que o controle social  
753 deve continuar trabalhando e provocando mudanças, provocando também o MP, para  
754 que juntos possam provocar o próprio poder publico, mas que a resposta seja mais  
755 contundente, pois não há mais como admitir promessas sem efetivas ações, já que a  
756 situação está no limite e não vai ter outra solução a não ser a judicialização, algo que o  
757 MP está querendo evitar, porem, se não surgirem ações concretas a curta prazo, não  
758 haverá outra alternativa, sendo que aí caberá ao judiciário decidir, algo que fugirá do  
759 controle do MP e do controle social. **Suzana** diz que o promotor a conhece e sabe da sua  
760 responsabilidade e disponibilidade de tentar melhorar as questões de saúde onde atua,  
761 sendo que a SMS se compromete a participar deste grupo e tentar melhorar o problema.  
762 O conselheiro **Adão** diz que a UPA não tem estrutura adequada para atender qualquer  
763 tipo de usuário, pois não tem nenhuma ventilação , inclusive fez uma visita e viu que os  
764 servidores estavam comprando ventiladores por não aguentar o calor que estava  
765 fazendo em Londrina. A sala de 3 m2 metros quadrados, considerada como isolamento,

766 está totalmente inadequada por falta de ventilação e banheiros. Na enfermaria há janelas  
767 transparentes onde o sol bate nas camas e é preciso desloca-las para tirar do sol e o  
768 paciente fica lá fervendo sem condição de ser atendido. Adão diz que conversou com a  
769 enfermeira responsável do local e ela disse que já melhorou, pois a guarda municipal foi  
770 até lá e deu segurança para a equipe, no entanto, não é desta segurança que o usuário  
771 precisa, e não adianta dizer que o problema está resolvido com o fechamento do CAPS e  
772 transferência para a UPA, pois não está. Adão diz que protocolou um documento junto  
773 ao CMS, pedindo para que se fosse dada atenção a estes problemas. **Suzana** diz que  
774 esteve na UPA e conversando com os servidores, eles relataram a questão do sol e do  
775 calor, e já foi feita a solicitação do Blackout, que são cortinas que vedam o sol. No  
776 tocante a ventilação, isso é algo que está sendo estudado. Outra coisa refrigeração que  
777 o quarto de isolamento é realmente pequeno, mas possui banheiro, ele não tem  
778 refrigeração, mas possui até o filtro EPA para controle de micro-organismos, que é algo  
779 bastante moderno. No tocante a os atendimentos psiquiátricos, foi uma decisão da  
780 gestão anterior e não pode falar porque não participou, só que hoje, por livre demanda os  
781 pacientes acabam indo pra lá, mas mesmo assim o problema foi resolvido, pois estes  
782 pacientes são referenciados para o CAPS, que está funcionando 24 horas e fins de  
783 semana. O conselheiro **Edson Facundo** diz que não vê nenhuma prevenção ou projeto  
784 em Londrina no tocante ao enfrentamento ao álcool e drogas, tampouco referente à  
785 política de saúde mental e álcool e drogas, até mesmo na questão das DST's, pois  
786 recurso tem, só está sendo mal gerenciado. A conselheira **Janaina Mazzer** questiona se  
787 nos fins de semana e período noturno existe medico plantonista na parte de pronto  
788 atendimento do CAPS. **Claudia** responde que há profissionais de plantão em todos os  
789 horários e a maioria são clínicos, pois os psiquiatras que foram chamados no concurso  
790 estão entrando para o Caps III. O conselheiro **Eliei Joaquim** sugere que a entidade do  
791 conselheiro Edson seja convidada para fazer as discussões sobre as diretrizes da  
792 política álcool e drogas, pois o conselheiro deixou bem claro que não está acontecendo  
793 nada em Londrina. **Claudia** responde que ao que parece isso foi aberto a quem quisesse  
794 participar e os interessados procuraram, mas o conselheiro pode ser incluído. O  
795 conselheiro **Cicero Cipriano** diz que no tocante a fala do promotor, o MP precisa solicitar  
796 esclarecimentos sobre o trabalho de rede do estado e do município, pois a lei 10.216 de  
797 2001 é muito clara, se pudéssemos colocar 30% do que está no papel em pratica,  
798 teríamos a melhor saúde do mundo, mas é preciso avançar na questão da rede, não dá  
799 mais para ficar somente no discurso, pois fica muito triste quando o estado quer repassar  
800 recurso e há toda uma parte burocrática para se atender o usuário lá na ponta,  
801 demorando 1 ano para conseguir o recurso. Cicero propõe que seja pautado o assunto  
802 da seguinte forma: discussões das redes. **Suzana** responde que o município e a 17ª  
803 regional realizam reuniões periódicas, e a saúde mental é uma discussão muito grande  
804 e um nó crítico, inclusive Londrina recebe pacientes de outros lugares, mas essa  
805 discussão com o estado é feita, talvez o que precisa se pensar é talvez fazer este debate  
806 a nível federal. A seguir é passado ao ponto de pauta: **Apresentação do Plano**  
807 **Operativo Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes**. A enfermeira  
808 **Silvana** faz uso da palavra faz uso da palavra e diz que o plano estadual visa  
809 implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes em conflito com a lei,  
810 em regime de internação nos CENSES. Em Londrina existem 2 centros, que recebem

811 adolescentes de 12 a 18 anos, e esse adolescente fica “preso” e recebe o tratamento de  
812 uma equipe de saúde que existe dentro de cada centro. Essa equipe de saúde tem suas  
813 dificuldades, e o estado fez a POE, sendo que este plano está aprovado na CIB, no CES  
814 e na comissão estadual dos direitos da criança e do adolescente. O plano possui  
815 algumas metas a serem cumpridas, mas nada ainda foi pactuado, logo, ele é uma  
816 proposta. Diante desse plano existe um termo de adesão, que inclusive o secretário  
817 Mohamad já fez, e esse plano já foi apresentado ao conselho da criança e adolescente  
818 de Londrina, que também já emitiu uma resolução dando anuência ao plano, o qual está  
819 em desenvolvimento. Silvana continua e explica que existe uma verba de R\$ 60 mil reais  
820 anuais, sendo R\$2.500 mensais para cada Cense, sendo que inda está em estudo como  
821 o recurso pode ser gasto, sendo que é uma verba que vem do fundo nacional para o  
822 fundo estadual e deste para o fundo municipal. Ainda ocorrerá uma reunião para traçar o  
823 plano de trabalho que precisa ser determinado pelo estado, diante disso, dia 14 de abril,  
824 os gestores estarão se reunindo em Curitiba para definir como cada município vai agir e  
825 se posicionar para se tornar realmente operativo. A importância disso é que se trata de  
826 uma parceria do município na saúde com os CENSES, sendo que está parceria já existe,  
827 por exemplo, entre o CENSE 1 e a UBS Armino Guazzi e entre o CENSE 2 e a UBS  
828 União da Vitória no entanto, o plano visa um campo muito maior, abrangendo prevenção,  
829 promoção, saúde mental, pensando ainda na inserção deste adolescente quando ele sai  
830 do Cense e volta para a sociedade, em questões de transtorno mental e de drogadição.  
831 Silvana explica que atualmente acontece da seguinte forma: se recebe uma indicação  
832 dos juízes ou da promotoria para que o jovem passe por tratamento de drogadição,  
833 sendo que muitos deles vão até os nossos serviços, mas não acabam aderindo, logo, o  
834 que se quer é busca-los dentro das unidades. **Silvana** explica que o CMS precisa dar  
835 uma anuência como à dada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
836 Adolescente, a qual será juntada ao termo assinado pelo secretário de saúde. O  
837 conselheiro **Eliei Joaquim** faz uso da palavra e coloca que em sua opinião o menor de  
838 idade é até 16 anos. Eliei diz que conhece os 2 CENSES e os adolescentes são tratados  
839 como presos comuns, no entanto, gostaria de questionar o que o poder público faz com a  
840 família destes adolescentes infratores que estão em celas, vivendo como animais e que  
841 são inclusive violentos. **Eliei** refere que a proposta do estado veio tardiamente, mas  
842 antes tarde do que nunca, no entanto, que isso pelo menos estabeleça uma diretriz para  
843 estes adolescentes. Eliei diz que o estado deve mostrar o que esta fazendo para as  
844 famílias com o escopo de evitar que o adolescente cometa a infração. **Silvana** responde  
845 que no dia 04 de fevereiro ocorreu uma reunião com a SMS, Censes, CREAS 2, UBS's.  
846 No CENSE há adolescentes reincidentes e outros que estão lá pela primeira vez, e a  
847 instituição realmente tem varias dificuldades, mas está aproximação é em apoio, para  
848 que a equipe lá dentro possa receber educação permanente, apoio de alguns insumos  
849 existentes no município, no sentido de que o adolescente e sua família possam receber  
850 nesta parceria um atendimento, pois com a opção do CAPS o jovem e a família serão  
851 atendidos, inclusive a equipe tem buscado cada vez mais desenvolver grupos de família  
852 em atenção, para que estes pais possam receber reforço e ajuda diante da luta com o  
853 adolescente, e essa também é a proposta do estado. Silvana afirma que não é um  
854 trabalho fácil e a anuência do CMS é para que a SMS possa devolver o documento ao  
855 estado dizendo que Londrina apoia o projeto e vai fazer, pois é algo que já foi aprovado

856 pelo CES e CEDCA, que estão acima no estado. O conselheiro **Edson Facundo** afirma  
857 que gostaria de acompanhar este trabalho, pois já vem trabalhando nesta área. Edson  
858 afirma que é importante a proposta do estado de prevenção para que os adolescentes  
859 não cometam crimes. **Silvana** responde que a comissão ainda será formada. A  
860 conselheira **Nadya** diz que como se trata de um recurso do FMS, o CMS poderia criar  
861 uma comissão para discutir o assunto, pois o conselho pouco tem discutido a questão da  
862 criança e do adolescente, pois os há muitos transtornos mentais na infância também e é  
863 um grande problema dentro da saúde mental. O conselheiro **Cícero Cipriano** diz que  
864 ficar discutindo agora um documento que já foi aprovado na bipartite seria uma  
865 incoerência, logo, o CMS poderia aprovar e deixar a discussão para quando for feito o  
866 plano municipal. O conselheiro **Paulo Nicolau** faz uso da palavra e diz que a saúde  
867 mental é o “filho feio” e recebe os estigmas de muitos e muitos anos, mas o Paraná tem  
868 tentado quebrar estes estigmas, ainda que de maneira tímida. A apresentação mostra  
869 que somente na clínica psiquiátrica foram mais de 1400 internações no quadrimestre, o  
870 que quer dizer que não há nenhum paciente institucionalizado, e sim 1 ou 2 que não tem  
871 para onde ir devido a gravidade do quadro. **Nicolau** prossegue e afirma que se repetem  
872 muitos slogans vazios de sentido, com pouca efetividade da ação, mas falta muito  
873 recurso. Em Londrina se gasta por volta de 1% do recurso da saúde em saúde mental,  
874 portanto, os recursos são ínfimos perante algo tão complicado e que tem tantos  
875 problemas. **Nicolau** diz que entregou uma ofício ao secretário mostrando que a clínica  
876 também está em um colapso por falta de recurso, inclusive a instituição está recendo um  
877 recurso do estado para sobreviver mais um pouco. **Nicolau** finaliza e diz que é preciso  
878 estabelecer tecnicamente ações eficazes e que gostaria de participar das reuniões de  
879 rede. **Suzana** diz que a intenção da secretaria é tentar melhorar a questão da saúde  
880 mental. O conselheiro **Ildo Ioris** coloca que o conselho não pode aprovar nada, pois na  
881 pauta está como apresentação, logo, é preciso que as diretorias deixem bem claro na  
882 pauta o que está pedindo do CMS. **Silvana** responde que a apresentação é para que o  
883 conselho de uma anuência ao plano. O conselheiro **Ildo** coloca que faltou a palavra  
884 anuência na pauta. **Silvana** responde que é uma anuência de que o CMS tomou ciência  
885 da existência do plano operativo, pois é um documento já aprovado pelo estado. A  
886 conselheira **Maria Osvaldina** diz que gostaria de ver mais o projeto, pois as coisas não  
887 devem chegar de ultima hora ao CMS, independente se foi aprovado no estado ou não.  
888 **Na sequencia o CMS aprova a anuência a Apresentação do Plano Operativo**  
889 **Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes.** A conselheira **Maria**  
890 **Osvaldina** se absteve do voto. A seguir é passado ao ultimo ponto de pauta: **Informes.**  
891 A diretora **Suzana Verlingue** informa que o CMS precisa escolher 1 representante para  
892 o Comitê Gestor de Urgência e Emergência e 1 para o Conselho Fiscal do Cismepar. O  
893 conselheiro **Cícero Cipriano** coloca que o assunto deveria ter sido pautado e não entrar  
894 como um informe. **Suzana** justifica que não houve tempo hábil para pautar, pois a  
895 informação chegou de ultima hora e está havendo uma pressão para que o  
896 representante seja escolhido. O conselheiro **Eliei Joaquim** questiona se pode ser de  
897 qualquer segmento. Para o Comitê Gestor de Urgência e Emergência, o CMS indica os  
898 conselheiros **Eliei Joaquim** como titular e **Wagner Aguiar** como suplente. Como  
899 representante Conselho Fiscal do Cismepar, o CMS indica o nome do conselheiro  
900 **Jurandir Pinto Rosa** como titular e **Antônio Escatambulo** como suplente. A diretora

901 **Suzana Verlingue** informa que devido a agenda do secretário, foi sugerida uma nova  
902 data para realização da reunião extraordinária do CMS para eleição da nova comissão  
903 executiva do conselho, sendo que a sugestão é para o dia 12 de março. **O conselho**  
904 **aprova a data da reunião, sendo que o local e a data será informado**  
905 **posteriormente.** O conselheiro **Jair**, representante do SINDNAPI, convida todos para  
906 inauguração da ampliação do sindicato, dia 08 de março, às 10 horas. **Suzana Verlingue**  
907 informa que no dia 26/02 ocorrerá à próxima audiência pública para prestação de contas  
908 referente ao 3º quadrimestre. O conselheiro **Eliei Joaquim** informa que esteve no ultimo  
909 dia 13 em Curitiba, em uma reunião do CES, para tratar de um assunto polemico e muito  
910 ruim para os trabalhadores, que inclusive não será um mar de rosas para os usuários,  
911 que é a questão da fundação estatal, proposta do governo estadual, que será algo muito  
912 ruim para todos os usuários, pois estas fundações não funcionaram em lugar nenhum e  
913 não é no Paraná que vai funcionar, pois isso vai privatizar a saúde no estado. Eliei  
914 finaliza e diz que estará voltando a Curitiba no próximo dia 28 para uma reunião que vai  
915 definir a questão. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** informa que o Drº Cirilo Silveira  
916 Mendes recebeu o título de cidadão honorário de Londrina. Cantelmo informa que no  
917 próximo dia 14 de março, às 20 horas, o Drº Fahd Haddad irá receber o título de cidadão  
918 honorário na CML. O conselheiro **Joselito Tanius Hajjar** informa que no dia 09 de abril,  
919 na ACIL, às 19 horas, haverá uma audiência pública, promovida pelo IAP, sobre a  
920 questão de resíduos industriais. O conselheiro **Jurandir Jura Pinto** informa que no dia  
921 26/02, às 09:00 horas, na igreja Jesus bom Pastor, no Lindóia, o CONLESTE estará  
922 reunindo a endemias, representantes da federação da associação de moradores, para  
923 uma reunião em combate a dengue em Londrina. A secretária **Sandra Bavia** informa que  
924 ainda estão abertas as inscrições para o curso de capacitação de conselheiros,  
925 promovido pela 17ª RS. Constatados e discutidos todos os propósitos, a reunião é  
926 encerrada. Esta ata foi digitada pelos servidores Anderson Luiz Oliveira Silva e Francisco  
927 Luiz, revisada pela secretária executiva Sandra Bavia e será assinada pelos conselheiros  
928 abaixo.  
929

Titular	Mohamad El Kadri	Ausência c/ justificativa
Suplente	Suzana Verlingue Rodrigues	
Titular	Teresinha de Fatima Sanchez	
Suplente	José Carlos Moraes	Ausência
Titular	Jacy Silveira Cleto	Ausência
Suplente	Fernando César Marcucci	Ausência c/ justificativa
Titular	Pilar Nadir Soldório	Ausência c/ justificativa
Suplente	Fábio Vinicius Molin	
Titular	Carmem Lucia Lazaro Garcia	
Suplente	Lazara Regina de Resende	
Titular	Isaltina Pires Cardoso	Ausência
Suplente	Sandra Iara Sterza	Ausência com justificativa
Titular	Eliei Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christhiane Silveira Pelizzari	
Titular	Adão Aparecido Brasilino	

Suplente	Marcelo Alves Seabra	Ausência
Titular	Janaina Mazzer Salinet	
Suplente	Alcindo Cerci Neto	Ausência
Titular	Fahd Haddad	Ausência c/ justificativa
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Mara Rossival Fernandes	Ausência
Suplente	Artemízia Bertolazzi Martins	
Titular	Aylton Paulus Junior	Ausência com justificativa
Suplente	Margarida de Fatima F. Carvalho	
Titular	Luis Lino de Almeida Junior	Ausente
Suplente	Joselito Tanios Hajjar	
Titular	Paulo Fernando Moraes Nicolau	
Suplente	Marisa Goettel do Nascimento	Ausência com justificativa
Titular	Cicero Cipriano Pinto	
Suplente	Arnoldo Bulle	
Titular	Livaldo Bento	Ausência com justificativa
Suplente	Antônio Escatambulo	
Titular	Eliane da Silva Nascimento	
Suplente	José Aparecido Martins	
Titular	Wagner Aguiar	
Suplente	Alice Carvalho	Ausência com justificativa
Titular	Monica Gulaeff	
Suplente	Alisson Marques Mendonça	
Titular	Maria Osvaldina de Mello Oliveira	
Suplente	Antonio Barrichelo	
Titular	Manoel Rodrigues do Amaral	
Suplente	Salete Cruz dos Santos	Ausência
Titular	Jurandir Jura Pinto Rosa	
Suplente	Emani José dos Santos	
Titular	Julia Satie Miyamoto	
Suplente	Iracema Caldeira O. Ferreira	Ausência
Titular	Adriana Xavier Dorta	Ausência c/ justificativa
Suplente	Edson Facundo	
Titular	Márcia Beghini Zambrim	
Suplente	Tereza Gonçalves Moreschi	Ausência c/ justificativa
Titular	Joelma Ap <sup>a</sup> de Souza Carvalho	
Suplente	Elizabeth Bueno Candido	
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausência
Titular	Dulcelina Aparecida Silveira	Ausência c/ justificativa
Suplente	João Antonio da Silva Neto	Ausência c/ justificativa